

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Ao 01 dia do mês de dezembro de 2020, às 18 horas e 05 minutos, retomando com os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva e Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, André Breda, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada a ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pautas do dia:

- 1- Aprovação das Atas da reunião, ordinária realizada em 16/11/2020.
- 2- Apresentação e deliberação sobre a Política de Investimentos 2021;
- 3- Assuntos Diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes, justificou a alteração no calendário de reuniões no mês de Dezembro, por se tratar de um mês administrativamente curto, considerando o recesso durante os feriados do final de ano, anunciou os itens da pauta e esclareceu que seguindo as recomendações do Tribunal de Contas para que sempre tenha transparência, publicidade, foco e tempo para discussões antes do Conselho avaliar e deliberar assuntos que envolvam investimentos, após se reunir com o Presidente do Instituto André, avaliaram juntos que as pautas desta reunião deveriam ficar reduzidas objetivando maior atenção, tempo suficiente para o assunto Política de Investimentos e esgotamento de quaisquer dúvidas.

Iniciando o **item 01**. Sandra coloca em deliberação a aprovação da ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo realizada em 16/11/2020, que já havia sido enviada previamente para apreciação e possíveis correções dos conselheiros por via e-



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

mail e whatsapp. Todos os conselheiros deliberaram e aprovaram sem nenhuma ressalva.

No **item 2**. Apresentação e deliberação sobre a Política de Investimentos 2021.

O Diretor Financeiro do Instituto, Douglas, iniciou a apresentação abordando o objetivo da Política de Investimentos que é traçar estratégias a serem adotadas na área dos Fundos de Investimentos do Instituto diante do cenário econômico no ano 2021. O Pauliprev mantém estratégia conservadora, entendendo que o dinheiro público não deve ser tratado com irresponsabilidade, e que diante das possíveis variáveis que possa vir acontecer, caso seja necessário, a Política de Investimentos poderá ser revisada para melhor adequar ao interesse do Instituto.

Em seguida, referindo-se ao *Boletim Focus*, Douglas, explicou que este relatório é o resultado de pesquisas feitas por aproximadamente 140 instituições financeiras cadastradas no Banco Central, que possuem equipe de análise macroeconômica para estudar periodicamente o mercado. As variáveis contidas neste relatório são IPCA, PIB, Câmbio e SELIC projetadas dentro de curto, médio e longo prazo, durante a reunião foi comentado cada variável e demonstrado uma tabela com os valores atuais: IPCA: 3,54%; IPCA 5 últimos dias úteis: 3,65%; PIB: -4,50%; Câmbio: 5,36% e Selic: 2,00%.

Em relação a IBOVESPA, em Janeiro de 2020 estava em 120.000 pontos, em Março houve uma queda importante e atualmente encontra-se em 111.216,64 pontos, o Diretor Financeiro informou que há bastante questionamentos acerca da realização de investimento no exterior, porém, o entendimento do Instituto, neste momento, é que considerando a dificuldade em acompanhar a IBOVESPA, seria prejudicial adicionar a Bolsa do exterior e operar no câmbio, é necessário cautela, pois a valorização do ativo precisa compensar a taxa do câmbio e atualmente a nossa moeda está muito desvalorizada.

Sobre a meta de rentabilidade, há uma portaria da Secretaria de Previdência que relaciona o tempo de amortização do déficit atuarial e o valor a ser considerado para alcançar a meta, sendo que atualmente o Instituto tem a meta IPCA + 5,87% a.a. Este cálculo é baseado no valor gasto por ano, dentro da projeção de 75 anos, descontando a rentabilidade. Observando o cenário econômico verifica-se que a taxa apresentada é um objetivo alto a ser alcançado e para obter redução seria necessário aumentar ainda mais o aporte da Prefeitura, o que causaria prejuízo grave ao município, neste sentido, não resolveria salvar o Instituto e deflagrar o ente; que deve-se buscar o equilíbrio e o Pauliprev tem trabalhado nisto revisando a meta a cada um ou dois anos.

A conselheira Nara comentou a alteração no preço dos alimentos que pode se dar pela safra ou mercado financeiro, quando passa ser mais interessante vender para o exterior, e questionou sobre a proteção da taxa de câmbio pelo governo no intuito de combater a inflação. O Diretor explicou como a alta do câmbio reflete diretamente no preço dos produtos e serviços.

Continuando a apresentação, Douglas discorreu sobre os limites de aplicação de recursos, conforme Resolução CMN 3922/2010 e limites por nível do Pró-Gestão, estabelecendo comparação entre as Políticas de Investimento 2020 e 2021 e elucidando a proposta alocação objetivo de manter 20% em Títulos Públicos, reduzir

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a checkmark, a signature, 'JG', 'PMS', and 'FALP'.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

de 40% para 30% os Fundos 100% Títulos Públicos Referenciado, aumentar de 3% para 5% os Fundos Rendas Fixa Referenciado, aumentar de 3% para 15% os Fundos de Renda Fixa, zerar os Fundos de Ações Referenciados que em 2020 tem 9%, manter 25% nos Fundos de Ações e alocar 5% em Fundos Multimercados que está zerado na política de 2020. O diretor ressaltou que trata-se de alocação objetivo, não necessariamente significa que será feito essa porcentagem de aplicação, mas sim que é possível fazer de acordo com cenário econômico e suas repercussões, respeitando o limite da legislação e do nível de Pró-Gestão I.

A conselheira Eliete comentou que seria importante acrescentar na tabela “Alocação Objetivo”, junto aos dados do objetivo passado e do futuro, os dados atuais da carteira do Instituto, o que facilitara a visualização atual e do proposto, pois entende que é um fator importante para o Conselho deliberar o assunto desconhecendo o status. A conselheira ainda discursou a porcentagem atual de cada alocação, enquanto o Diretor Douglas foi confirmando as informações e demonstrando os mesmos valores em outra tabela da apresentação. Eliete ainda questionou o motivo da proposta em aumentar o Fundo Multimercado e o Diretor explicou que a estratégia é interessante para o Instituto conseguir fazer bom investimento respeitando os limites de porcentagem da legislação. Em relação ao pedido feito pela conselheira Eliete de adicionar uma coluna contendo os dados atuais da carteira, os conselheiros, o Diretor Financeiro e o Presidente do Instituto fizeram ponderações e por fim concluíram e pactuaram que alteração seria realizada.

Seguindo na apresentação, o Diretor demonstrou a tabela de execução da Política de Investimentos com referência nos acumulados até 10/2020, os tipos de ativos com suas respectivas porcentagens de Alocação atual, Alocação Objetivo 2020 e o limite do Pró-Gestão.

O controlador Bruno complementou a informação sobre o Fundo Multimercados questionado anteriormente, citando que foi observado que quando é aberto a carteira de alguns Fundos como do Banco do Brasil e Caixa encontra-se aplicação de 75% a 80% em Títulos Públicos e o restante em Ações, ou seja, é uma alternativa que o Instituto têm para não ultrapassar os limites da Lei e Pró-Gestão em outros tipos de investimentos; hoje, o máximo de aplicação em ação é 25% e estamos com 21%, dentro disso, abre uma possibilidade de expandir dentro de um Fundo conservador com margem em ações suprimindo o limite que temos. O controlador ainda respondeu à pergunta da conselheira Eliete sobre a quantidade de produtos que podem conter dentro de um Fundo Multimercado informando que a Política de Investimento do Fundo tem um grau de liberdade para definir, então, é necessário abrir a política de investimento do Fundo e entender o objetivo do gestor para fazer operações. Hoje, temos na carteira um Fundo Multimercado, mas é um Fundo estressado, por isso, é importante concentrar essa análise em instituições sólidas, abrir a carteira de investimento do Fundo. Os conselheiros debateram sobre o assunto e a presidente Sandra ressaltou a importância e o cuidado que o comitê tem em analisar os Fundos e não somente confiar em grandes Instituições, sendo complementada pelo controlador Bruno que apesar de serem instituições fortes, podem também contar com riscos

Handwritten notes and signatures:
✓
Sandra
do
PHS
do
Sandra
Fabio



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

relativamente menores, enfatizando da importância da abertura da carteira dos mesmos. O Diretor Douglas ainda acrescentou a informação que o CNPJ do Fundo é diferente do CNPJ da Instituição, deste modo, caso ocorra algum problema com o Fundo, em nada reflete para a Instituição.

O Presidente do Instituto afirmou que é necessário entender que qualquer aplicação ou novo investimento não devem ser feitos de maneira aventureira e temos demonstrado desde quando entramos há quase dois anos que não fazemos aventuras como no passado. Ele sugeriu nos grupos que assistissem alguns vídeos de um conselheiro do Tribunal de Contas falando sobre a maneira que eles interpretam a diferença entre bater meta atuarial na aventura e não bater meta atuarial com consciência e liquidez, então, qualquer investimento que o Pauliprev for fazer hoje ou no futuro, independente se grande, pequeno ou qualquer outra variável é muito importante continuar com as discussões e os processos de encaminhamento das lâminas, abertura da carteira, avaliação se a proposta de investimento está em acordo com a Política de Investimento, adequações que precisam ser feitas e as investigações sobre o CNPJ, os gestores e os administradores. O Presidente ainda afirmou que nos balanços gerais do Tribunal de Contas dos últimos anos contém muitos apontamentos relacionados ao tema investimentos, no que diz respeito ao Conselho; eles afirmam que há baixa qualificação dos conselheiros para tratar desses assuntos e isto tem sido rebatido por não concordarmos, mas de fato, não concordamos com esse apontamento hoje porque no passado sabemos como as coisas aconteciam, além disso. O Tribunal de Contas tem cobrado que os assuntos sobre investimentos sejam tratados com pautas específicas, os balanços gerais dos últimos anos nada falam em relação a compras, licitações de contratos ou aposentadorias, que vem sendo tratadas em processos individuais, o que tem sido cobrado de nós, como órgão colegiado é sobre os Fundos de investimentos, posteriormente, podemos discutir e programar para o próximo ano que quando for tratarmos de investimentos, façamos pautas específicas para esgotar assunto, retirar dúvidas, mesmo que seja em reunião extraordinária ou pautas curtas, a fim de demonstrar para o Tribunal de Contas que temos tratado as questões como devem ser tratadas e resgatar um pouco da nossa imagem para deixarmos de ser tratados como a “ilha da ilegalidade” que é como eles enxergam o município hoje. O grupo debateu sobre a questão das exigências apontadas pelo Tribunal de Contas para ser membro do Conselho (formação profissional adequada e experiência em investimentos) o que dificultaria a participação de muitos servidores como também manteria a participação de um grupo reduzido, o que hoje todos combatem frente ao histórico recente; capacitação específica em investimento proposto pela conselheira Eliete; ausência de regulamentação para as certificações específicas conforme o nível de ocupação e responsabilidade nos RPSS e a situação da Pauliprev frente a outras RPPS, visto que o atual do Conselho possui 100% dos seus membros certificados com o CPA-10 Anbima e que as eleições que ocorrem no município elegem o grupo de conselheiros.

Após a apresentação sobre a Política de Investimentos, a Presidente Sandra abriu espaço para que o grupo apresentasse as dúvidas ou fizesse os apontamentos que



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

julgasse

necessários.

A conselheira Nara e a Presidente Sandra sugeriram alteração do texto no item 7 “Modelo de Gestão”, visando dividir a responsabilidade e deixar claro na escrita que todas as alterações e aplicações da Política de Investimentos serão decididas pelo Conselho de Administração. A presidente solicitou que fosse adicionado ao texto informação que o Instituto realizará diretamente a execução da Política de Investimentos de sua carteira, “após a deliberação do Conselho”. Todos concordaram e ficou pactuado que seria alterado.

A conselheira Eliete comentou sobre o item 4, quando descreve que o Comitê de Investimentos tem a função de auxiliar o Instituto no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, questionou se deveria constar que o Comitê também elabora a Política de Investimentos, para que o Conselho delibere, citando a Resolução 001/2020 que também salienta o papel deste Comitê, enfatizando que o Conselho Administrativo não executa. O presidente André explicou que a legislação federal é aberta e que na Lei municipal 69, onde consta a previsão do Comitê de Investimentos, o grupo é tratado como órgão de assessoramento, enquanto que na Lei municipal 18, confere ao Conselho Administrativo a responsabilidade pela confecção da Política de Investimentos, o que fez Eliete questionar como o Conselho elaboraria e deliberaria ao mesmo tempo. André ainda salientou que se deve tomar cuidado com a terminologia legal para que no Regimento Interno não seja colocado nada que não tenha previsão legal, por fim, concluiu sugerindo que seja proposto essa revisão para as alterações das leis, em especial a Lei 18. A conselheira Nara reforçou o comentário da conselheira Eliete, mencionando o conflito existente entre o manual do Pró-Gestão e a Legislação municipal, o que fez Eliete ler a definição deste do Manual. O Presidente do Instituto ainda ressaltou que independentemente de estar na legislação é importante registrar em ata o que envolve essa questão, trata-se de um trabalho compartilhado entre Diretoria, Conselho Administrativo, Comitê de investimentos e que depois é fiscalizado pelo Conselho Fiscal.

A conselheira Eliete também questionou sobre a consultoria de investimentos, considerando que no item 5, existe uma margem para contratação novamente, e que foi discutido em reunião, cancelado o contrato da LDB por constatar a qualificação da equipe do Instituto para fazer o trabalho. O Presidente André lembrou que na própria reunião em que foi discutido a situação do contrato com a empresa LDB, foi deixado em aberto que se houver necessidade no futuro, por qualquer motivo que seja, seria contratado novamente uma consultoria e isso seria avaliado no momento, assim como a previsão dentro da Política de Investimentos da alocação objetiva, da mesma forma está sendo feito com a consultoria de investimentos, há essa possibilidade caso seja necessário, e se isto vier acontecer, o assunto será trazido para o Conselho discutir, assim como tem sido feito com todas as contratações e licitações.

Em relação ao item 10, a conselheira Eliete mencionou que iria sugerir que fosse colocado os dados referentes ao ano 2020 com um marco referencial, por considerar um ano atípico principalmente, porém, o Comitê já havia atualizado a informação,



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

conforme sugestão da própria conselheira. Sobre o item 16.1.2 abordagem qualitativa, avaliação de risco, os chamados ratings, a conselheira citou que iria questionar a ausência de uma agencia de raiting, em comparação com o ano anterior, porem ao pesquisar sobre a mesma verificou que não seria adequado sua inclusão frente a situação atual desta, tendo a explicação do Bruno e Douglas sobre a questão destas agências, e concluíram portanto que não haveria alteração no documento. Sobre o item 16.5 Eliete questionou sobre o processo de escolha das instituições e fundos de investimentos, modelo de credenciamento e manual de credenciamento, comparando as informações encontradas no site da Pauliprev com outros Institutos de Previdência além de citar as recomendações neste aspecto do Pro-Gestão para a obtenção inclusive do Nivel II, Portaria MPS 519/2011 e Resolução 4695/2018 , inclusive citando sua falha quanto a cobrança deste aspecto em sua gestão anterior. O Presidente André explicou que o Instituto e a auditoria do Pró-Gestão I entendem que a forma de credenciamento através das atas do Comitê e aprovação das lâminas de aplicações estão adequadas, ainda assim, foi encaminhado uma consulta ao Gescon solicitando informações sobre o modelo de credenciamento considerando que o Instituto começou a preparação para auditoria do Pró-Gestão II e precisa disciplinar a forma correta, até o momento ainda não foi obtido nenhuma resposta. O Presidente ressaltou que embora a questão do credenciamento esteja mencionado em portaria, nunca houve apontamento dos órgãos competentes neste sentido para o Instituto. Em relação ao processo de credenciamento. Douglas questionou como fariam com os fundos estressados, tendo a devolutiva da Eliete se teriam contatado outros RPPS que também contam com tal problemática. O Presidente André ainda assegurou que todos os credenciamentos realizados de 2019 até a presente data, dentro da sua gestão, ele se responsabiliza assinando, porém, aqueles feitos no passado, e esse foi o questionamento direcionado ao Gescon que está sendo aguardado uma resposta, relacionados aos Fundos estressados, que não foram realizados em sua gestão, ainda que o Gescon afirme que é necessário assinatura para regularizar a situação do Instituto, estes não serão assinados. Acrescentou que provavelmente esses Institutos que a conselheira Eliete pesquisou não tem a quantidade de Fundos estressados que o Pauliprev tem, o que fez Eliete responder positivamente inclusive citando o nome de alguns fundos também pertencentes ao Instituto. Além disso, Andre expos que fizeram esse processo por algum motivo, muitos desses Institutos não tem processo de eleição de gestores e conselheiros como nós temos, por fim, reforçou mais uma vez que até a presente data não há nenhum apontamento na auditoria da Secretaria de Previdência, Tribunal de Contas ou auditoria do Pró-Gestão I. Sandra citou que na gestão anterior do Conselho Administrativo foi orientado sobre a inviabilidade da realização do credenciamento, por poder acarretar problemas pois indiretamente , poderiam achar que seriam futuros alvos de investimento, por isso, apesar da ciência das Leis , não avalia como falha do Conselho anterior e atual porque este assunto foi discutido. Adelson explicou os trâmites de um credenciamento como também como encontraram o Instituto quando de seu ingresso em 2018, optando de manter as portas fechadas até arrumação da casa.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.P.', 'P.A.S.', and 'fcb']

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

O controlador interno Bruno comentou que um ponto que pode suprir o que o grupo estava discutindo é que com a Resolução 4695/2018 foi publicada uma lista exaustiva de instituições financeiras que podem operar como administradores e gestores de Fundo de Investimento. Esse arquivo encontra-se no site do Pauliprev, e portanto seria uma proposta a nível de Política de Investimentos mencionar a forma como o Instituto trabalha, ou seja, qualquer operação de aplicação de recursos necessariamente precisa passar por instituições que são administradoras ou gestoras e que constam nesta lista da Resolução. O Instituto poderá citar isto como referência e não como compromisso de credenciamento e na Política pode mencionar que as aplicações são feitas respeitando o processo deliberativo, ou seja, trazendo ao Conselho, e que necessariamente, a administração ou gestão irá passar por instituições que constam nesta lista, desta forma, haveria uma formalização do procedimento e criaria uma referência de Instituições financeiras. O Presidente avalia como excelente a proposta do controlador e recomenda que todos analisem as empresas contidas na lista da Resolução e garantiu que o grupo não apoiaria o credenciamento de uma parte delas, por fim, ressaltou a importância de se ater aos apontamentos dos órgãos competentes.

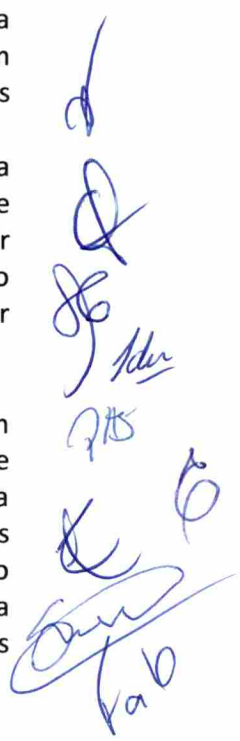
O Diretor Financeiro Douglas finalizou reafirmando o compromisso que o Instituto tem com os servidores em passar pelo Conselho todas as tomadas de decisões. Informou que a única decisão da Diretoria é no resgate para pagamento de benefícios e que toda recuperação é avisada ao Conselho, por fim, ressaltou que atualmente a decisão de investimento é tomada por 19 pessoas e que o Instituto prefere renunciar a uma rentabilidade maior do que fazer aventura com salário dos servidores.

A Presidente Sandra coloca a Política de Investimentos em deliberação após esgotar todas as dúvidas e questionamentos, reforçando que embora o Conselho faça a deliberação para que não haja atraso ou perda de prazo nesta reunião, ainda restam algumas pequenas alterações que devem ser feitas no documento. Todos os conselheiros deliberaram e aprovaram.

Os conselheiros parabenizaram o trabalho do Comitê e a Presidente Sandra, embora não tenha o voto validado, fez questão de aprovar a Política de Investimento e parabenizar o controlador interno Bruno pela didática e facilidade em transmitir informações e agradeceu a todos os demais da equipe por cuidar tão bem do patrimônio dos servidores. O conselheiro Edson parabenizou em especial o servidor Adelson por todo trabalho empenhado e os demais conselheiros concordaram.

No item 3. Assuntos Gerais

A Presidente do Conselho expôs sobre a preocupação e segurança dos conselheiros em participar das reuniões presenciais frente ao movimento da pandemia COVID-19, e comentou que vem conversando com o conselheiro Paulo sobre a situação da pandemia e pede para que o grupo se posicione. O conselheiro Fábio sugeriu que os conselheiros que fazem parte da saúde observem a situação e seja mantido a reunião presencial até a data em que for publicar a próxima pauta, sendo que caso ocorra uma piora do quadro, propõe que a reunião volte a ser de forma virtual. Os conselheiros debateram sobre a situação e aceitaram a sugestão do conselheiro.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

A conselheira Nara sugeriu inserir na programação das reuniões do ano seguinte, alguns temas de pautas fixos que se repetem todos os anos para que os assuntos possam ser estudados antes das reuniões, o que foi exemplificado pelo Presidente André de alguns temas que têm prazos fixos como relatórios, entrega de avaliação atuarial, apresentação das contas.

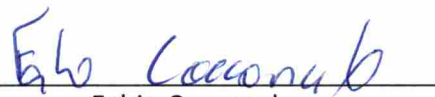
A presidente Sandra agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Término as 20h00.

Paulínia, 01 de dezembro de 2020



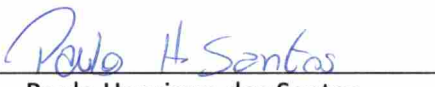
Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Eliete Maria da Silva
Conselheiro Administrativo



Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
DATA: 01/12/2020 às 18:00h

LOCAL: PLENARINHO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES

- 1) Aprovação da Ata da reunião ordinária realizada em 16/11/2020;
- 2) Apresentação e deliberação sobre a Política de Investimentos 2021;
- 3) Assuntos Diversos.

Paulínia, 26 de novembro de 2020.

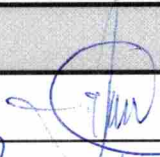
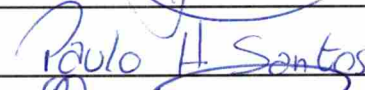
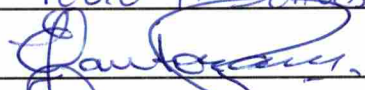
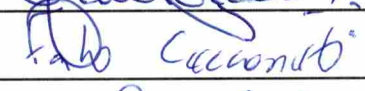
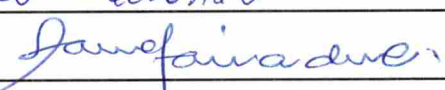
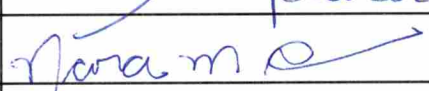
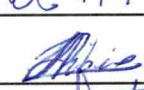
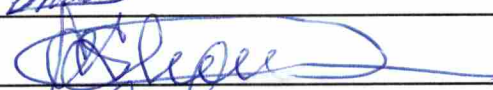
SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
01 de dezembro de 2020 – 18 horas – Plenarinho da Câmara Municipal

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	IDU ALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	ELIETE MARIA DA SILVA	